

A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO DE ARTE CONTRA HEGEMÔNICO PARA A CIDADE DE BENEVIDES: BERÇO DA LIBERDADE NO PARÁ

Francilene Sodré da Silva¹
Kelly Lene Lopes Calderaro²
Marcia Mariana Bittencourt Brito³

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre a implementação de um currículo de Artes que requer dentre outras coisas, um mergulho na identidade de um povo, suas culturas, seu território. Esse processo deve ser construído, coletivamente, a partir de um percurso de formação permanente dos educadores, na perspectiva de buscar à superação da dicotomia entre teoria e prática e a partir das vivências e da escuta no contexto da escola. É necessário envolver toda a comunidade escolar, com a participação crítica e contextualizada de cada sujeito. O currículo precisa fazer sentido, individualmente e coletivamente na vida dos sujeitos. No caso da Arte, se faz necessário torná-la um lugar, um ato de fala, de expressão da cultura. O objetivo desta pesquisa é construir um currículo de Arte contra hegemônico para a cidade de Benevides: Berço da Liberdade no Pará, com a identidade histórica e cultural desse município. Nesta construção o percurso metodológico inicia-se pela pesquisa documental e levantamento bibliográfico Para fortalecer o sentido democrático da construção do currículo, todo o processo se dará em Rodas de Conversa. O "lócus" da pesquisa será o Município de Benevides/PA conhecido como "O Berço da Liberdade". Na Análise Crítica do Discurso, o próprio discurso é uma forma de ação social, realizando um trabalho ideológico e histórico. A relação entre texto e sociedade é mediada, sendo interpretativa e explanatória. Nesta pesquisa será analisada a cognição pessoal e social. A análise e interpretação de dados já recolhidos serão o ponto de partida da construção do currículo. Os dados foram constituídos por diálogos gravados, transcritos e categorizados, obtidos a partir da aplicação da Roda de Conversa, seguindo orientações contidas em um questionário, dialogados ao longo das Rodas de Conversa.

Palavras-chave: Currículo. Arte. Identidade.

¹ Doutoranda pelo Curso de ARTES da Universidade Federal do Pará–UFPA, franci_sodre@yahoo.com.br

² Mestrando do Curso de ARTES da Universidade Federal do Pará- UFPA, kellycalderaro@hotmail.com

³ Docente do Curso de ARTESda Universidade Federal do Pará – UFPA, marciabit@ufpa.br



INTRODUÇÃO

A implementação de um currículo de Artes requer dentre outras coisas, um mergulho na identidade de um povo, suas culturas, seu território. Esse processo deve ser construído, coletivamente, a partir de um percurso de formação permanente dos educadores, na perspectiva de buscar à superação da dicotomia entre teoria e prática e a partir das vivências e da escuta no contexto da escola.

É necessário envolver toda a comunidade escolar, com a participação crítica e contextualizada de cada sujeito.

Numa visão epistemológica, política e sociocultural é necessário dar qualificação às práticas pedagógicas, nos diferentes momentos do processo de construção curricular, levando em conta que muitas das questões sociais devem ser associadas e debatidas dentro das atividades pedagógicas da sala de aula, considerando a arte como uma forma única de expressão, carregada de respeito pelas diversidades, expressão crítica e olhar sensível, mas também como um meio de transformação social.

Alguns dos significados das iniciativas docentes têm sido levar as disputas para a visão fechada do conhecimento curricular; abrir os currículos de educação básica para concepções de conhecimento menos fechadas, mais abertas a dúvidas e indagações que vêm da própria dinâmica que está posta no campo do conhecimento. Mais ainda abrir o conhecimento às indagações instigantes que vem do real vivido pelos próprios professores e alunos e suas comunidades: Fazer da sala de aula um laboratório de diálogos entre conhecimentos. Por aí caminham os embates no campo do conhecimento e que essas iniciativas pedagógicas trazem para o território dos currículos. (ARROYO, 2013).

O currículo é um caminho, um desenho, que exige um planejamento de percurso, por isso é preciso traçar um itinerário de formação permanente para fortalecer os saberes e fazeres dos educadores de Arte e pensar o que já foi constituído historicamente dentro de um território, mas também refletir onde se quer chegar, discutindo questões referentes ao ensino/prática docente de Arte e articulando politicamente e socialmente ações pedagógicas para fortalecer o próprio ensino das Artes. Nesse processo, é preciso garantir a participação e o protagonismo dos docentes no processo de construção do currículo.

Fala-se em crise da docência. Será mais acertado pensar que estamos num processo promissor de repensarmos como profissionais. Nosso trabalho é mais complexo. O ser professor tornou-se mais tenso. Parto do reconhecimento do nosso direito a



conhecer-nos, aos saberes dessa tensa história infelizmente secundarizados e até ausentes nos currículos. Como disputar esse direito? (ARROYO, 2013).

O currículo precisa fazer sentido, individualmente e coletivamente na vida dos sujeitos. No caso da Arte, se faz necessário torná-la um lugar, um ato de fala, de expressão da cultura.

Todo currículo deve ser parte integrante da vida da comunidade escolar, contribuindo na vida da sociedade de dentro para fora e de fora para dentro, ou seja, as ideias devem sair da escola para fora dos muros enquanto outras ideias devem ser trazidas de fora, dos ambientes, das vivências, como uma contribuição para a construção do currículo, que deve ser pulsante, vivo, democrático, libertador, sempre em constante transformação, nunca estático.

Um currículo de Artes para a cidade de Benevides: Berço da Liberdade

A cidade de Benevides, situada no nordeste do Pará, foi intitulada através da Lei 7.619 de 18 de abril de 2012 como “ Berço da Liberdade”, “Terra da Liberdade”.

Localizada na Região Metropolitana de Belém foi fundada em 13 de junho de 1875, como um pequeno vilarejo, denominado de “Nossa Senhora do Carmo de Benevides”.

Para Siqueira (2014), o vilarejo começou a receber os nordestinos flagelados pela seca, especialmente provenientes do Ceará. Nesse mesmo período, começaram a surgir os ideais de libertação no Brasil, inspirados pelos movimentos franceses e americanos.

Em 1º de janeiro de 1883 a cidade de Acarape no Ceará foi a primeira a libertar os escravos, tendo o estado do Ceará recebido o título de “Metrópole do Abolicionismo Nacional”.

Ao tomar conhecimento dos acontecimentos no Ceará o Dr. Martinho Domiense Pinto Braga, Diretor da Colônia de Nossa Senhora do Carmo de Benevides ultimou as providências que naturalmente estavam previamente trabalhadas para repetir na Província do Grão-Pará.

Segundo Siqueira (2014), o Movimento Abolicionista de Benevides, estava diretamente ligado às ações abolicionistas cearenses. E, a partir dessas influências, foi realizado o ato de alforria dos escravizados, em 30 de março de 1884, sendo, portanto, o primeiro no Pará e o segundo no país a declarar o fim da escravidão, tornando-se “o Berço da Liberdade”.



Esse pequeno torrão, localizado a 29 quilômetros da Capital, inscrito no coração da Floresta Amazônica, foi o lugar escolhido para acontecer um dos mais importantes momentos da História do Pará: a “Libertação dos Escravos” no dia 30 de março de 1884. (SIQUEIRA, 2014).

Por esse motivo o Projeto de Lei 98/2016, instituiu no Calendário Histórico, Cultural e Turístico do Estado do Pará, o “Dia da Libertação dos Escravos na Amazônia”, a ser comemorado, anualmente no dia 30 de março. Benevides, traz, portanto, na sua história memórias importantes para a identidade cultural do seu povo e de todo o estado do Pará.

Às seis horas da manhã do dia 30 de março de 1884, a Colônia de Nossa Senhora do Carmo de Benevides despertou com a salva de vinte e um tiros, anunciando o raiar da liberdade no coração do Pará. A bordo do Cruzador “Souza Franco” chegaram ao porto de Benfica às nove horas da manhã daquele domingo o Exmo. Sr. General das armas, Rufino Eneas Gustavo Galvão, Visconde de Maracaju, Presidente da Província do Grão-Pará, ali devidamente acompanhados de ilustres convidados. (...) Dignamente recebidos por uma Comissão da “Sociedade Libertadora de Benevides”, seguiram em três bondes puxados à tração animal pelo Ramal de Benfica, com destino à Benevides. Na sua chegada à Benevides, foram aclamados pela população e saudados com uma queima de fogos. (...). Ao meio dia foi iniciada a sessão solene da Libertação. (...) presidida pelo Presidente da Província do Grão-Pará, Visconde de Maracaju, na casa da Diretoria da Colônia. (...) Após os pronunciamentos o Presidente Visconde de Maracaju iniciou a distribuição das seis cartas de alforria (...) A iniciativa da Colônia de Benevides prosseguiu o primeiro passo dado no Ceará, precedendo em quatro anos a assinatura da Lei Aurea, ocorrida em 13 de maio 1888, dando a esta maravilhosa cidade que desponta no limite do nordeste paraense o título de “Terra da Liberdade” (SIQUEIRA, 2014).

Para falar da importância do ato da libertação dos escravos em Benevides, é preciso falar dessa e de outras histórias que talvez não foram contadas. É preciso refletir também sobre a formação docente voltada para as relações etnico raciais dentro da escola e no seu entorno. Enxergar as nossas origens é encontrar um caminho, onde todas as culturas possam aparecer em pé de igualdade, para que a arte possa ser apresentada com todas as contribuições que dela fazem parte, principalmente a contribuição africana.

Segundo Barbosa (1991), através das artes temos a representação simbólica dos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam a sociedade ou o grupo social, seu modo de vida, seu sistema de valores, suas tradições e crenças.



A Arte, como uma linguagem presentacional dos sentidos, transmite significados que não podem ser transmitidos através de nenhum outro tipo de linguagem, tais como as linguagens discursiva e científica. Não podemos entender a cultura de um lugar sem conhecer sua Arte, ou seja, sem conhecer as artes de uma sociedade, só podemos ter conhecimento parcial de sua cultura.

Aqueles que estão engajados na tarefa vital de fundar a identificação cultural, não podem alcançar um resultado significativo sem o conhecimento das artes. Através da poesia, dos gestos, da imagem, as artes falam aquilo que a história, a sociologia, a antropologia, não podem dizer porque elas usam um outro tipo de linguagem, a discursiva, a científica, que sozinhas não são capazes de decodificar nuances culturais. Dentre as artes, a arte visual, tendo a imagem como matéria-prima, torna possível a visualização de quem somos, onde estamos e como sentimos.

Giroux (1981), ataca a racionalidade técnica e utilitária, bem como o positivismo das perspectivas dominantes sobre currículo, pois se concentram em critérios de eficiência e racionalidade burocrática, deixando de levar em consideração o caráter histórico, ético e político das ações humanas e sociais e, particularmente, no caso do currículo, do conhecimento, contribuindo para a reprodução das desigualdades e injustiças sociais.

Saviani (1997), defende que uma das funções da escola é possibilitar o acesso aos conhecimentos previamente produzidos e sistematizados. O problema é o caráter mecânico dessa transmissão, isto é, o fato dela ser feita desligada das razões que a justificam e sem que os professores disponham de critérios para discernir entre aqueles conhecimentos que precisam ser transmitidos e aqueles que não precisam.

A arte na educação como expressão pessoal e como cultura é um importante instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento. Através das artes é possível desenvolver a percepção e a imaginação, apreender a realidade do meio ambiente, desenvolver a capacidade crítica, permitindo analisar a realidade percebida e desenvolver a criatividade de maneira a mudar a realidade que foi analisada” (BARBOSA, 2009).

Acreditar na educação pública e ver nesse caminho uma trilha para enxergar a importância da história, origem, território, com um olhar no ontem, no hoje e no amanhã.

Para Silva (1999) na construção do Currículo, é muito importante partir do princípio de que “currículo é saber, poder e identidade”.

Diante do exposto acima, ressalta-se que esta pesquisa, já plantou uma semente, com a escuta de educadores na intenção de iniciar o processo de construção do currículo



de Artes na cidade de Benevides, conhecida como Berço da Liberdade. O novo passo da pesquisa quer aprofundar a escuta da comunidade escolar, partindo da perspectiva das falas de educadores que atuam no município de Benevides.

A construção de tal currículo quer buscar um caminho epistemológico que consolide a trilogia: conhecimento teórico, vivências pedagógicas e a memória cultural do povo, buscando reflexões freireanas na Pedagogia da Autonomia e na Práxis Emancipadora, com foco também na formação de educadores, baseando-se nos estudos das teorias do currículo, com ênfase na fase crítica e pós crítica.

Valida-se aqui o desejo de ressaltar a importância das práxis nos processos educacionais como forma de democratização dos saberes e da criação artística, salientando a formação e autonomia docente na elaboração das propostas curriculares para construir um currículo de Artes com a identidade histórica e cultural do seu território. É necessário discutir a importância das teorias do currículo no debate contemporâneo, discutindo sobre os papéis críticos e o significado do currículo e sua aplicabilidade no cotidiano escolar.

Busca-se nesta pesquisa uma fonte de novos conhecimentos para que a teoria sustente a prática e para que a prática seja revestida de significados para a vida do sujeito dentro e fora do ambiente escolar, ampliando a visão crítica de todos os sujeitos envolvidos nas oportunidades de aprendizagem e não apenas reproduzindo habilidades e conteúdo que chegam exportados e empacotados.

O objetivo geral desta pesquisa é construir um currículo de Arte contra hegemônico para a cidade de Benevides: Berço da Liberdade no Pará, com a identidade histórica e cultural desse município.

Destacam-se como objetivos específicos desse trabalho: Reconstruir memórias culturais e pensar na relação atual dos munícipes com a própria história; analisar qual o significado disso para alunos e comunidade; formar sujeitos para a criticidade do sistema neoliberal imposto; analisar a implantação da Lei 10.639/03 dentro desse território chamado Benevides.

METODOLOGIA

Nesta construção o percurso metodológico inicia-se pela pesquisa documental e levantamento bibliográfico com artigos, livros fundamentados na educação, discursos e publicações acerca do tema central a ser investigado via plataformas on-line de dados



científicos. Para fortalecer o sentido democrático da construção do currículo, todo o processo se dará em Rodas de Conversa.

O “lôcus” da pesquisa será o Município de Benevides/PA conhecido como " O Berço da Liberdade".

Serão feitas novas escutas das falas de educadores, alunos e comunidade em geral, para obter a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação, correlacionada ao contexto do qual fazem parte, valorizando os aspectos descritivos e as percepções pessoais.

A tipologia da pesquisa, será baseada na abordagem da Análise Crítica do Discurso.

Segundo Dijk (2020), a Análise Crítica do Discurso é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representadas, reproduzidas e combatidas por textos orais e escritos no contexto social e político.

Nesta abordagem, o discurso constitui a sociedade e a cultura. São analisadas as questões referentes aos problemas sociais e às relações de poder que são discursivas.

Na Análise Crítica do Discurso, o próprio discurso é uma forma de ação social, realizando um trabalho ideológico e histórico. A relação entre texto e sociedade é mediada, sendo interpretativa e explanatória. Nesta pesquisa será analisada a cognição pessoal e social.

A análise e interpretação de dados já recolhidos serão o ponto de partida da construção do currículo. Os dados foram constituídos por diálogos gravados, transcritos e categorizados, obtidos a partir da aplicação da Roda de Conversa, seguindo orientações contidas em um questionário, dialogados ao longo das Rodas de Conversa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Porque a construção de um currículo de Arte contra hegemônico para a cidade de Benevides: Berço da Liberdade no Pará?

Atualmente o município de Benevides segue a Base Nacional Comum Curricular –BNCC, imposta pelo MEC.

A BNCC, segue a correnteza da hegemonia capitalista, porque foi construída para responder aos interesses do mercado de trabalho e não possui nada de comum diante das tantas realidades do Brasil. É altamente tecnicista, formando professores e alunos, para interesses que defendem o mercado, o controle do conhecimento, com as investidas



ideológicas conservadoras, sem levar em conta a luta e conquistas feitas no decorrer dos tempos e a resistência na busca de uma educação social, coletiva e culturalmente relevante.

Para Cintra e Costa (2010), a BNCC usa um discurso que se utiliza de uma política curricular como tática para promover um desenvolvimento pleno do indivíduo, buscando uma Educação Integral, o que oculta os reais interesses de sustentar os mecanismos do mercado de trabalho.

Segundo a BNCC, as dimensões propostas para o componente Arte no Ensino Fundamental, deveriam perpassar os conhecimentos das artes visuais, da dança, da música e do teatro e as aprendizagens dos alunos em cada contexto social e cultural. Mas a formação acadêmica de professores de Artes, contempla apenas uma área específica impossibilitando essa visão, além do que, a própria estrutura de carga horária de aula dedicada ao componente Artes, diz que uma hora semanal, não é tempo suficiente para a iniciação de qualquer linguagem.

O documento diz que essas linguagens articulam saberes referentes a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte.

O componente curricular diz ainda, contribuir para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania, propiciando a troca entre culturas e favorecendo o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas.

A BNCC, propõe que a abordagem das linguagens articule seis dimensões do conhecimento que, de forma indissociável e simultânea, caracterizam a singularidade da experiência artística.

As dimensões propostas pela BNCC são: Criação, crítica, estesia, expressão, fruição e reflexão.

Na escrita, o documento parece trazer aspectos essenciais para os saberes e produções, mas na prática da sala de aula brasileira, principalmente na escola pública, o ensino de artes na perspectiva da BNCC se torna inacessível e contraditório. O vasto documento da BNCC que deseja tornar comum os conteúdos, não olha para as regionalidades, não cuida das transversalidades que a Arte necessita e sobretudo não é



aplicável para a realidade e contexto de nossos alunos. As habilidades que são solicitadas engessam a prática docente e conseqüentemente a criatividade dos alunos. Num ambiente geralmente inóspito e sem estrutura para o pensar e fazer artístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As proposições da BNCC além de serem distantes da realidade da maioria dos alunos, não são democráticas. Produzindo mais desigualdades sociais e iniquidade.

As perguntas diante dos desafios docentes são muitas, por exemplo como conseguir dar conta de tanto conteúdo, ministrando uma hora de aula por semana? Como formar os sujeitos para a criticidade, sensibilidade e percepção de si e do outro sem espaços e tempos adequados?

Como articular ação e pensamento propositivos, envolvendo aspectos estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais, econômicos e culturais num ambiente desfavorável para a socialização. Como é possível trabalhar a sensibilidade e a percepção, com o conhecimento de si mesmo, do outro e do mundo obedecendo um documento que não conversa com as identidades das regiões?

Ao supervalorizar a apropriação das competências e habilidades, políticas educacionais como a BNCC diminuem os destinos e valores educativos.

Com base em Franco (2012), vemos que, através dessa lógica, a prática pedagógica assume o papel de apenas racionalizar ações para qualificar a eficiência do ensino a partir de uma perspectiva instrumental.

Segundo Luciano, Simas e Garcia (2020), o gerenciamento da educação em prol do controle de mercado se reflete na perda da autonomia das instituições de ensino em todas as esferas da educação, públicas e privadas.

Isso demonstra com muita eloquência que existem interesses, os mais variados, por trás da organização do sistema de ensino.

Como bem afirmou Freire (1996), a escola não é um local destituído de ação política, pelo contrário, ela respira política para sobreviver enquanto sistema formal de ensino. Não se pode desconsiderar o fator político e ideológico presente no processo de ensino aprendizagem sem incorrer no risco de tornar o ambiente escolar um reprodutor da ideologia hegemônica reacionária. Paulo Freire alerta para a importância de fortalecer a autonomia do estudante. Mas como será isso possível se o aluno terá acesso a uma só visão de mundo, aquela que é hegemônica e controlada pelas classes dominadoras.



Conhecer melhor os conceitos de hegemonia e contra hegemonia pode trazer uma visão crítica desse embate que hora se apresenta no cenário educacional brasileiro. Entender os principais aspectos constitutivos, a natureza filosófica e as diretrizes de conservação e resistência da ideologia produzem, com toda certeza, uma fundamentação para o entendimento crítico e autônomo da sociedade como um todo e da educação em particular.

A escola criadora não significa escola de inventores e descobridores; ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um programa predeterminado que obrigue à inovação e à originalidade a todo custo. Indica que a aprendizagem ocorre notadamente graças a um esforço espontâneo e autônomo do discente, e no qual o professor exerce apenas uma função de guia amigável (...). Descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação (mesmo que a verdade seja velha) e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual na qual se pode descobrir verdades novas. (GRAMSCI, 1968, p. 124 e 124).

Paralelamente, na contramão da BNCC, representando uma corrente de resistência à homogeneização e controle do conhecimento, um novo paradigma que propõe a humanização da educação vem se construindo, se fortalecendo, ainda que de forma incipiente, vem abrindo espaço para propostas mais inclusivas que trazem outros olhares e mostram outras maneiras de educar e formar, e estas são contrárias às tendências hegemônicas e eurocêntricas na forma de ensinar Artes. São necessárias novas estratégias de ensino e formação docente com metodologias mais autorais.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa- 5. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão (ORGS.). Arte/Educação como mediação cultural e social. São Paulo: Unesp, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: educação é a base: 2018a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexotexto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 mar 24.



CINTRA, Paula Cinthya Silva; COSTA, Renata Luiza da. Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores para Educação Básica de 2015 e 2019: perspectivas prática e emancipadora. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, p. 1-22, 2020.

DIJK, Teun A. Van Discurso e poder Judith Hoffinagel, Karina Falcone, organização- 2.ed., 5ª reimpressão-São Paulo: Contexto, 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia Da Autonomia*. 25a Edição. São Paulo: Paz e Terra. 1996.
FRANCO, Maria Amélia SANTORO. *Pedagogia e prática docente*. São Paulo: Cortez, 2012.

GIROUX, Henry. *O Currículo como política cultural : Ideology, culture and the process of schooling* (1981) e Theory.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUCIANO, R. R. de F.; SIMAS, H. C. P.; GARCIA, F. M. Políticas públicas para indígenas: da educação básica ao ensino superior. *Interfaces da Educação*, Paranaíba, v. 11, n. 32, p. 571–605, 2020. Disponível em:
<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4009>. Acesso em: 5 fev. 2024.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: Uma introdução as teorias do Currículo*. 3ª Edição. Belo horizonte, Autentica 2022.

SIQUEIRA, José Leôncio Ferreira de. *Terra da Liberdade- Benevides: História e Colonização*. Delta Gráfica, 2014.

